

# Política

## CONSTITUINTE

### UDR obtém CZ\$ 73 milhões em leilão feito para reforçar o seu "lobby"

por Euclides Torres de Brasília

O leilão realizado pela União Democrática Ruralista (UDR) na Granja do Torto, em Brasília, vendeu 6.119 animais, rendendo CZ\$ 73,2 milhões. Este volume de negócio não significa que o mercado de gado está firme, porque este leilão, conforme admitiu o próprio presidente da UDR, Ronaldo Caiado, foi feito para mostrar a força política dos pecuaristas, que pretendem influir na Constituinte. Do ponto de vista de negócio, seria mais rentável comprar ou vender gado nos estados, não obrigando a boiada a perder peso em longas viagens ou pagar fretes que tornam a mercadoria muito cara, argumentou.

Só mesmo sob o ângulo político é que pode ser entendido o leilão da UDR. Do contrário, fica difícil ima-

ginar como o criador vai obter lucros em certos negócios realizados. Por exemplo, foi arrematado um lote de quarenta bois raça Ibagé, procedente do Rio Grande do Sul, por CZ\$ 30 mil, cada animal. Estes bois tiveram um peso médio de 517 quilos e são animais de corte. Segundo matéria da repórter Maria da Graça, de São Paulo, na edição do fim de semana, contata-se tendência de baixa nos preços do gado, devido a proximidade do começo da safra.

Predominaram os animais com 18 a 24 meses de idade, da raça Nelore. Também foram negociados cavalos de serviço, ao preço médio de CZ\$ 22 mil. Um comprador de Barretos, São Paulo, (Irmãos do Valle) arrematou 794 cabeças. Em divulgação, o escritório Remate gastou CZ\$ 3,3 milhões.

### Líder acha projeto aprovado negociável

Com base no entendimento que "deve haver" entre o governo e as diversas correntes ideológicas existentes no Senado e na Câmara dos Deputados, o líder em exercício do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), acredita que a Assembleia Nacional Constituinte "pode acatar ou não" as decisões aprovadas pelo plenário da Comissão de Sistematização.

Particularmente no que se refere à redução do mandato presidencial e adoção do parlamentarismo como regime de governo, o constituinte pelo Rio Grande do Sul tanto acha possível a manutenção das

decisões da Sistematização quanto uma reversão do quadro pelo plenário da Constituinte. Mas, em qualquer dos casos, ele diz, segundo a EBN, que "devemos ter cuidado para evitar o enfrentamento".

Ibsen Pinheiro explica que "temos que criar um sistema de governo que funcione com o Congresso Nacional que se seguirá à Assembleia Nacional Constituinte, e, como tal, não gostaria que o parlamentarismo, por exemplo, fosse implantado em decorrência de uma 'pequena maioria', pelo temor de que seu funcionamento fosse questionado".

# União não paga contas dos novos estados

por Euclides Torres de Brasília

Os constituintes que estão escrevendo a nova Carta constitucional também estão desenhando um novo mapa do Brasil. Domingo, a Comissão de Sistematização aprovou a criação do Estado de Tocantins, desmembrado de Goiás, e também a transformação dos territórios de Amapá e Roraima em estados.

A criação do Estado de Tocantins foi aprovada por 82 votos contra 5 e 2 abstenções e a transformação dos territórios de Roraima e Amapá em estados obteve 90 votos a favor e 2 contra. Com essa ampla maioria, a tendência é de que o plenário da Assembleia Nacional Constituinte confirme o que foi decidido na Comissão de Sistematização.

Depois dessas modificações preliminares aprovadas, os emancipacionistas sofreram uma derrota que deverá, no mínimo, atrasar o desenho final do novo mapa do País. E que o deputado José Serra (PMDB-SP) conseguiu aprovar emenda que veda a União assumir encargos decorrentes da criação de novos estados. O deputado disse a este jornal que o objetivo de sua emenda é controlar a criação de novos estados para que não tragam ônus adicionais para o governo federal. A emenda de Serra foi aprovada por 50 votos, 39 contra e 2 abstenções.

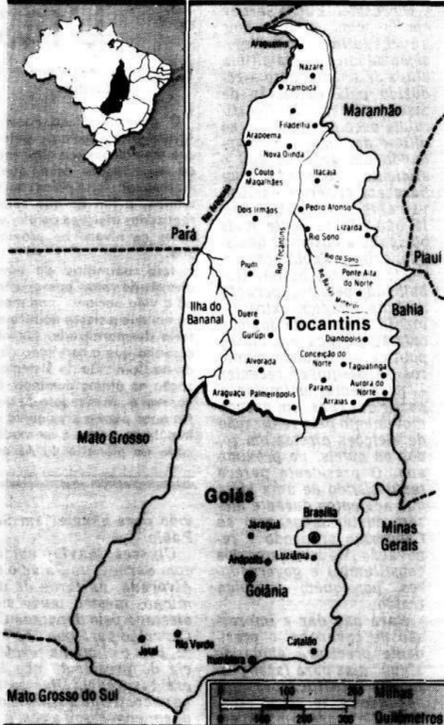
Uma vez confirmado pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte, o novo Estado de Tocantins vai ser implantado, seguindo este cronograma: 120 dias após a promulgação da Constituição deve ser feito um plebiscito e 30 dias depois o presidente da República deve nomear um governador "pro tempore" e em 15 de novembro de 1988 será realizada eleição para a escolha de 24 deputados estaduais, 8 deputados federais e 3 senadores, segundo informou o deputado Siqueira Campos (PDC-GO).

*"Os territórios talvez não consigam manter-se"*

A capital do Estado de Tocantins será escolhida em plebiscito entre as cidades de Araguaína, Gurupi e Porto Nacional. O deputado Siqueira Campos espera que o novo estado esteja formado em julho do próximo ano. Siqueira Campos tanto apostou na criação do novo estado que chegou a votar pelos quatro anos do mandato do presidente Sarney em troca do apoio para aprovação da emenda criando o Estado de Tocantins.

O deputado acha que não deverá ocorrer esvaziamento administrativo significativo na região a ser desmembrada de Goiás durante o intervalo de formação do novo Estado porque "lá o oxigênio de recursos está mantido em meia volta de torneira". O deputado

## O Estado do Tocantins



assegura que o Estado de Tocantins produzirá anualmente 2,5 milhões de toneladas de grãos e 1 milhão de bois gordos, devendo ficar entre o décimo e o décimo segundo estado brasileiro em importância econômica.

O desmembramento do novo estado, segundo Siqueira Campos, é apoiado por todos os deputados federais e estaduais. Os secretários de Planejamento de Goiás,

Fernando Safatle, disse a este jornal que o novo estado poderá canalizar mais recursos e dar respostas mais rápidas à implantação de infra-estrutura.

Em transformação do território do Amapá em estado foi comentada pela deputada Raquel Capiberibe (PMDB-Amapá) como "o fim de uma ditadura de 44 anos". Ela lembrou que todos os 22 governadores que o território já teve foram pessoas de outros estados e dos 22, somente um, o último, não é militar.

Como principal vantagem ela aponta a auto-

## O critério do mercado

por Andrew Greenlees de Brasília

Ao analisar o capítulo da Ciência e Tecnologia contido no projeto elaborado pelo relator Bernardo Cabral, a Comissão de Sistematização da Constituinte decidiu alterar o texto e classificar o mercado interno como "patrimônio nacional", garantindo assim a base constitucional para que a União estabeleça a reserva de mercado em setores considerados estratégicos, principalmente a informática. A emenda aprovada foi do deputado Euclides Secco (PMDB-PR).

Segundo o texto final da Comissão, o mercado interno deverá ser "ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem-estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da Nação". Inseriu o "patrimônio nacional" representou uma vitória da ala progressista da Sistematização, já que os moderados consideravam desnecessário o dispositivo.

Ficou decidido, ainda, que o Estado e os órgãos públicos "privilegiarão a capacitação científica e tecnológica nacional como critérios para a concessão de incentivos, compras e acesso ao mercado brasileiro". O poder

público também terá o dever de tratar prioritariamente a pesquisa científica básica, conforme proposta da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE).

A Sistematização decidiu manter o projeto de Cabral no que se refere à empresa nacional em áreas onde "a tecnologia de ponta for fator determinante de produção", além da necessidade de preencher os requisitos de empresa nacional definidos em outro capítulo (controle de pessoas físicas domiciliadas no País, etc.), será necessário o "controle tecnológico nacional em caráter permanente, exclusivo e incondicional".

Num capítulo em que surge com ênfase a preocupação em assegurar a prioridade do mercado e de empresas nacionais, foi destacado também o compromisso do Estado com a ciência e tecnologia, conforme o texto aprovado — e que agora será encaminhado ao plenário da Constituinte — a atuação estatal deve orientar-se para garantir "condições para a valorização dos recursos humanos envolvidos e para a ampliação, plena utilização e renovação permanente da capacidade técnico-científica instalada no País".

## Aprovada anistia aos militares

por Andrew Greenlees de Brasília

O senador Mário Covas (PMDB-SP) viveu ontem um dos seus dias mais difíceis na liderança do partido na Constituinte. Toda a sessão da Comissão de Sistematização foi tensa devido à votação da anistia a militares cassados por atos institucionais produzidos pelo regime militar de 1964.

Convencido pelo companheiro José Richa, senador paranaense, de que a aprovação de uma anistia mais ampla do que a concedida pelo relator Bernardo Cabral — pagamento de salários e benefícios de forma retroativa — geraria fortes reações militares, Covas votou contra a proposta, derrotada ao final.

Mas foi sua posição contrária à emenda que estendia a anistia a um grupo de aproximadamente 1,5 mil marinheiros que resistiram ao movimento de 1964 a causa dos ataques mais duros ao senador paulista. Apenas 24 horas após liderar a vitória do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, Covas deixou o plenário cercado por seguranças e deputados, sob os gritos de "covarde" e "traidor" que partiam de um grupo representante dos marinheiros.

Houve ameaça de agressão física. A liderança do PMDB começou a estudar ontem mesmo a possibilidade de se aprovar, no plenário da Constituinte, a anistia aos marinheiros.

Tanto Covas como Richa justificaram suas posições dizendo que o texto apresentado à votação — resultado de três emendas diferentes — estava muito confuso e poderia ser melhorado no plenário. A explicação, no entanto, não convenceu defensores da anistia da forma que estava. "O senador Covas é candidato à Presidência da Re-

## Restrições à propaganda

por Andrew Greenlees de Brasília

O cronograma de trabalho da Comissão de Sistematização da Constituinte impediu que fosse votado o capítulo referente à Comunicação, o último do título "Ordem Social". Isso porque o prazo para esta votação terminou na noite de sábado passado, quando os constituintes analisavam ainda o capítulo da Ciência e Tecnologia.

Assim, prevalece o texto original do relator Bernardo Cabral, do PMDB do Amazonas, que será enviado agora ao Plenário da Constituinte, onde votam todos os 539 membros. Para operar alguma alteração, será necessário o apoio de pelo menos 280 constituintes.

"É assegurado aos meios de comunicação ampla liberdade, nos termos da lei", diz o primeiro artigo do capítulo. Mais adiante, o texto de Cabral proíbe "toda censura de

natureza política e ideológica".

Com relação específica à publicidade, o projeto determina que a legislação ordinária "criará os instrumentos necessários para defender a pessoa da exibição e veiculação de programas e mensagens comerciais, no rádio e na televisão, que utilizem temas ou imagens que atentem contra a moral, os bons costumes e incitem a violência".

O primeiro projeto elaborado pelo relator proíbe a veiculação de publicidade de cigarros e bebidas alcoólicas. A nova versão, no entanto, assinala que a lei deverá proteger o cidadão "da propaganda comercial de produtos e serviços que possam ser nocivos à saúde". Desta forma, caberá ao Congresso — uma vez promulgada a futura Constituição — legislar sobre os critérios para anúncios em meios de comunicação. (Ver matéria na página 26)

## Sistematização deverá terminar hoje as votações

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, informou ontem que a votação de seu substitutivo deverá ser concluída hoje pela Comissão de Sistematização. Segundo ele, amanhã deverá ser votada a redação final do título IX do substitutivo e na quinta-feira será feita a publicação de todo o substitutivo votado pela Sistematização.

Na sexta-feira, deverá ser feita a distribuição do avulso aos 539 constituintes, para que eles façam a apresentação das emendas ao substitutivo. Os constituintes terão três dias para a apresentação dessas

emendas. De acordo com Cabral, esses dias poderão ser sábado, domingo e segunda, ou então, segunda, terça e quarta-feira, dando aos constituintes mais tempo para elaborarem suas emendas.

O relator Bernardo Cabral dispôs, segundo a EBN, de cinco dias para ver todas as emendas apresentadas e dar o seu parecer para, então o projeto ser levado à votação do grande plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Pelos prazos estabelecidos, o projeto só deverá começar a ser votado em, no mínimo, dez dias.

por 59 votos a 32 e mantém o projeto de Cabral.

Ao estruturarem a emenda, Haddad, Monteiro e Souza excluíram a reintegração dos cassados ao serviço da ativa, ideia que sofre forte oposição militar. Incluiram ainda dispositivo pelo qual a União definiria o cronograma de pagamento do ressarcimento.

Mesmo entre parlamentares ligados ao senador, a decepção foi grande. "Não sei se ele pode mais coftar comigo", dizia, por exemplo, o deputado Paulo Ramos, do Rio. O próprio José Richa reconheceu em conversa com um interlocutor: "Isso nos custou muito".

## "Aposentadoria ameaça a Previdência"

"Iniciativa que atinge muito mais a um desejo do que a uma viabilidade efetiva." Assim o coordenador de Comunicação Social da Previdência vê a decisão da Comissão de Sistematização de conceder aposentadoria integral aos servidores da Previdência Social, conforme a EBN.

Segundo ele, a posição do ministro Renato Archer é de que a medida representava uma "séria ameaça para a Previdência Social no Brasil".

Monstrat acrescenta que, no momento em que os constituintes passaram a optar por soluções "sem uma base real", poderão causar "problemas" ao País.